

Tenda Atacado S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263P8-102-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Tenda Atacado S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Tenda Atacado S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Tenda Atacado S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

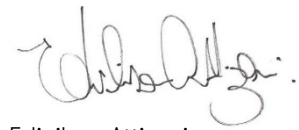
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani

Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Tenda Atacado S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais – r\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	197.493	191.680
Contas a receber	5	206.423	245.584
Estoques	6	589.169	687.074
Impostos a recuperar	7	187.780	327.548
Outros ativos circulantes		9.451	10.926
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	43.773
Total do ativo circulante		1.190.316	1.506.585
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	7	378.054	237.429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	80.513	53.438
Depósitos judiciais	14	8.830	6.701
Outros ativos não circulantes	-	150	115
Imobilizado	8	964.879	965.086
Intangível	-	24.609	19.974
Total do ativo não circulante		1.457.035	1.282.743
Total do ativo		2.647.351	2.789.328

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tenda Atacado S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais – r\$, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	10	730.038	764.520
Fornecedores – Partes relacionadas	10a	181.740	267.944
Empréstimos e financiamentos	11	93.810	86.776
Debêntures	11	127.905	143.175
Salários e encargos sociais	-	92.770	94.405
Impostos e contribuições a recolher	-	36.679	80.600
Dividendos a Pagar	16.c	49.959	86.808
Passivo de arrendamento	9	84.174	77.111
Provisão Tributária	14	93.193	-
Instrumentos financeiros derivativos	21	2.126	-
Outros passivos circulantes	13	19.927	6.285
Total do passivo circulante		1.512.321	1.607.624
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	91.513	191.221
Debêntures	11	235.998	194.690
Provisão para demandas judiciais	14	34.725	35.509
Passivo de arrendamento	9	300.859	305.230
Dividendos a Pagar	16.c	356.542	-
Outros passivos não circulantes	-	532	870
Total do passivo não circulante		1.020.169	727.520
Patrimônio Líquido			
	16		
Capital Social	-	46.247	46.247
Reserva Legal	-	9.249	9.249
Reservas de Incentivos Fiscais	-	43.864	43.864
Reserva de lucros	-	15.501	354.824
Total do patrimônio líquido		114.861	454.184
Total do passivo e patrimônio líquido		2.647.351	2.789.328

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tenda Atacado S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais – r\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	17	7.682.878	7.189.842
Custo das mercadorias vendidas	18	(6.235.312)	(5.746.594)
Lucro bruto		1.447.566	1.443.248
Despesas operacionais:			
Despesas com vendas	18	(212.065)	(174.904)
Despesas gerais e administrativas	18	(1.090.838)	(930.337)
Outras despesas líquidas	19	(4.387)	(13.345)
Lucro antes do resultado financeiro		140.276	324.662
Despesas financeiras	20	(193.899)	(164.718)
Receitas financeiras	20	136.117	164.695
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		82.494	324.639
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	12	(42.350)	(78.066)
Diferido	12	27.075	20.172
Lucro líquido do exercício		67.219	266.745

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tenda Atacado S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais – r\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	67.219	266.745
Total de resultado abrangente do exercício	67.219	266.745

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tenda Atacado S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais – r\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital Social	Reservas	Reservas de Incentivo Fiscal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		46.247	9.249	27.689	166.897	-	250.082
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	266.745	266.745
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(62.643)	-	(62.643)
Constituição reservas de incentivos fiscais	-	-	-	16.175	-	(16.175)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	250.570	(250.570)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		46.247	9.249	43.864	354.824	-	454.184
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	67.219	67.219
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(406.542)	-	(406.542)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	67.219	(67.219)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		46.247	9.249	43.864	15.501	-	114.861

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tenda Atacado S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais – r\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		82.494	324.639
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais			
Depreciação e amortização	17	130.490	119.918
Amortização – Direito de Uso	9	71.584	65.612
Amortização do Custo de Captação	11	2.157	2.163
(Ganho) Perda com Instrumentos financeiros	19	19.981	(4.304)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11	67.398	77.489
Encargos financeiros sobre passivo de arrendamento	9	31.568	35.816
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	62	(61)
Provisão de verbas do estoque	-	(640)	10.211
Provisão (reversão) para demandas judiciais	13	76.232	28.338
Valor residual da baixa de ativo imobilizado e intangível	-	(26.411)	55
Redução (aumento) em ativos			
Contas a receber	-	39.099	664
Estoques	-	98.545	(91.587)
Impostos a recuperar	-	(857)	(299.357)
Depósitos judiciais	-	(2.129)	(1.599)
Outros ativos	-	1.440	(800)
Aumento (redução) em passivos			
Fornecedores	-	(120.686)	101.464
Salários e encargos sociais	-	(1.635)	40.904
Impostos e contribuições a pagar	-	(55.518)	48.796
Outros passivos	-	13.304	(10.801)
Demandas judiciais pagas	-	16.177	(8.801)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(30.753)	(78.066)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		411.902	360.693
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado	8	(97.027)	(167.730)
Aquisição de intangível	-	(10.666)	(7.615)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(107.693)	(175.345)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	148.904	149.999
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	11	(227.584)	(233.213)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – Juros	11	(57.511)	(61.007)
Contraprestação de arrendamentos – Principal	9	(69.706)	(60.161)
Contraprestação de arrendamentos – Juros	9	(31.568)	(35.815)
Pagamento de juros de contratos de swap	-	25.918	628
Dividendos a pagos	-	(86.849)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(298.396)	(239.569)
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa líquidos		5.813	(54.221)

Tenda Atacado S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais – r\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		191.680	245.901
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		197.493	191.680
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa líquidos		5.813	(54.221)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

O Tenda Atacado S.A. (‘Companhia’ ou ‘Tenda’) é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em janeiro de 2001, com sede na Rua Professor João Cavaleiro Salem, nº 365, Bonsucesso, Guarulhos – SP.

A Companhia atua na distribuição e comercialização, em níveis atacadista e varejista, de produtos alimentícios em geral, além de desenvolver atividades de importação e exportação relacionadas ao seu portfólio. Em 31 de dezembro de 2025, suas operações compreendiam 45 lojas, 3 centros de distribuição, 5 postos de combustíveis, 39 lojas de conveniência, bem como operações de e-commerce e televentas, concentradas no Estado de São Paulo — incluindo capital, região metropolitana, interior e litoral.

Em janeiro de 2025, a Companhia deu início às operações de uma nova unidade em Bertioga, em linha com sua estratégia de crescimento sustentável e expansão da rede de lojas

Ainda em outubro de 2025, a Companhia inaugurou um escritório no município de São Paulo, com o objetivo de ampliar sua presença institucional, fortalecer relacionamentos corporativos e facilitar o acesso a parceiros estratégicos e instituições financeiras, mantendo, contudo, suas principais atividades operacionais e administrativas na cidade de Guarulhos – SP.

2. Base de elaboração e mensuração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alteradas pelas leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Tais práticas estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Adicionalmente, a Companhia observou as orientações da Orientação Técnica o CPC 07, emitida em novembro de 2014, aplicável a elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo apresentadas de maneira fidedigna e refletem as práticas utilizadas pela Administração na condução de seus negócios.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pela Administração em 26 de março de 2026.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivativos, que são mensurados ao valor justo. O custo histórico é determinado com base no valor justo das contraprestações pagas na aquisição de ativos.

2.2. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações ocorreram. Os saldos de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais apuradas são reconhecidas diretamente no resultado do exercício, classificadas como “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

2.3. Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia classifica seus ativos e passivos nos balanços patrimoniais como circulante ou não circulante, conforme sua expectativa de realização ou liquidação.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia;
- É mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Sua realização é prevista para ocorrer até 12 meses após a data do balanço; ou
- Consiste em caixa ou equivalente de caixa, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) /IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, desde que seu uso esteja restrito por menos de 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado no curso normal do ciclo operacional da Companhia;
- É mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Sua liquidação é exigida após 12 meses após a data do balanço; ou
- A Companhia não possui direito incondicional de adiar a liquidação do passivo por, no mínimo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que possam, à critério da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados no ativo e no passivo não circulante, respectivamente.

2.4. Pronunciamentos novos em vigor no ano corrente

Pronunciamentos novos em 2025

a) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;

b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

A Companhia concluiu que as alterações às normas não tiveram impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamentos novos aplicados pela primeira vez a partir de 2026

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- a)** IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
- b)** IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações
- c)** Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
- d)** Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11
- e)** Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

f) Com a entrada em vigor da Reforma Tributária, que substituiu tributos indiretos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Companhia está em processo de adaptação às novas regras fiscais. Até a data de aprovação destas demonstrações, não foram identificados impactos relevantes.

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração exerça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores registrados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações relativas a passivos contingentes.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente, e eventuais ajustes são reconhecidos de forma prospectiva. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras estão detalhadas nas respectivas notas explicativas:

	Nota explicativa
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	5
Avaliação de recuperabilidade dos Imobilizados	8
Obrigações com passivos de arrendamento	9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12
Provisão para demandas judiciais	13

4. Caixa e equivalentes de caixa

a) Prática contábil

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitas a um insignificante de alteração de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor nominal, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, não excedendo seus respectivos valores de mercado ou de realização.

b) Composição dos saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e bancos	9.207	18.182
Debêntures (i)	162.939	86.665
Certificados de Depósitos Bancários (ii)	22.179	25.953
Fundos de Investimentos (iii)	3.168	416
Aplicações financeiras – Partes Relacionadas Nota 15 (ii)	-	60.463
Total	197.493	191.680

(i) Debêntures, são aplicações financeiras mantidas com o objetivo de atender as necessidades de caixa de curto prazo. Tais aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento junto as instituições financeiras e não estão sujeitas a risco significativo de mudança de valor. A rentabilidade destes títulos acompanha a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) são mantidos junto a instituições de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras eram remuneradas a uma taxa média de 96,5% do CDI (95,00% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Certificados de Depósitos Bancários, são aplicações financeiras mantidas com o objetivo de atender as necessidades de caixa de curto prazo. Tais aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento junto as instituições financeiras e não estão sujeitas a risco significativo de mudança de valor. A rentabilidade destes títulos acompanha a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) são mantidos junto a instituições de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras eram remuneradas a uma taxa média de 100% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(iii) Fundos de Investimentos, são aplicações financeiras automáticas mantidas com o objetivo de remunerar saldos remanescentes na conta corrente. Tais aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento junto as instituições financeiras e não estão sujeitas a risco significativo de mudança de valor. A rentabilidade destes títulos acompanha a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) são mantidos junto a instituições de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras eram remuneradas a uma taxa média de 75% do CDI (75% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber de clientes

a) Prática contábil

As contas a receber de clientes referem-se aos valores das vendas de mercadorias realizadas por meio das adquirentes Getnet, Cielo, Vox, bem como das empresas de Voucher Alimentação, principalmente Alelo, Sodexo, e Ticket, além das vendas efetuadas diretamente a clientes pessoa jurídica mediante boletos bancários concedidos a crédito.

Os saldos são registrados pelo valor nominal dos títulos representativos das contas a receber, o qual se aproxima do custo amortizado, deduzido da provisão para perdas de crédito esperadas. Essa provisão é constituída sempre que existam indicadores de que a Companhia poderá não receber integralmente os valores devidos nos prazos originalmente pactuados.

b) Uso de julgamentos e estimativas

A Administração da Companhia avalia periodicamente o risco de crédito com base no modelo de perdas esperadas, considerando tanto o horizonte de 12 meses quanto a perda esperada ao longo da vida do ativo financeiro, conforme aplicável. A provisão para perdas é reconhecida sempre que existem indícios de que determinados valores não serão integralmente recuperados.

A Companhia constitui provisão para perdas apenas sobre a carteira de boletos bancários, utilizando como base o histórico de inadimplência. Não é registrada provisão sobre os recebíveis oriundos das adquirentes de cartão e das empresas de voucher alimentação, uma vez que esses parceiros não apresentam risco relevante de inadimplência.

Composição dos saldos	31/12/2025	31/12/2024
Administradoras de cartões (i)	120.859	143.806
Contas a receber - partes relacionadas – Nota 15	73.067	72.017
Clientes	22.405	29.924
(-) Operações de Securitização (i)	(9.683)	-
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(225)	(163)
Total	206.423	245.584

A Companhia tem por política realizar antecipação de recebíveis junto a operadoras de cartão de crédito, Vox, Securitizadora, FIDCs e instituições financeiras conforme necessidade de caixa. Durante o ano de 2025, realizou a antecipação de um total de R\$1.603.657 de recebíveis, com prazo médio ponderado com 8,8 dias (R\$1.332.497 em 2024, com prazo média ponderado de 8,3 du). Os juros incorridos nessas transações foram registrados no resultado na data da transação.

A idade do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber pode ser demonstrada conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	214.590	243.425
Títulos vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.228	1.019
De 31 a 60 dias	-	328
De 61 a 90 dias	170	271
De 91 a 120 dias	-	247

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2025	31/12/2024
Acima de 121 dias	343	457
Total	216.331	245.747

As Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, com base no modelo de perdas esperadas, considerando a análise do risco de crédito da carteira de clientes, apresentando a respectiva movimentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	(163)	(110)
Constituição	(437)	(486)
Recuperação de créditos vencidos	375	425
Baixas para perdas	-	8
Saldo final	(225)	(163)

6. Estoques

a) Prática contábil

Os estoques são registrados pelo custo de aquisição e avaliados pelo método do custo médio. O custo dos estoques inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição, bem como os custos de armazenagem e manuseio necessários para trazer os itens à sua condição e localização atuais para venda. Esses valores são apresentados líquidos das bonificações comerciais concedidas por fornecedores ainda não realizadas.

b) Composição dos saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Lojas	557.974	579.294
Centro de distribuição	88.668	167.302
Material de uso e consumo	3.515	3.122
Combustíveis	1.788	772
Provisão verba estoque (i)	(62.776)	(63.416)
Total	589.169	687.074

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia mudou a prática contábil referente ao reconhecimento das verbas de bonificações comerciais dos seus fornecedores para o princípio de competência, que ocorre na saída/venda do produto, refletindo o valor justo das operações comerciais. O valor total apurado é de (R\$62.776) em 2025, (R\$ 63.416 em 2024).

7. Tributos a recuperar

a) Prática contábil

Os tributos a recuperar são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelos seus valores nominais, conhecidos ou estimados, atualizados até as datas de encerramento dos exercícios, quando aplicável.

b) Composição dos saldos

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e Cofins a recuperar (a)	300.326	354.831
ICMS a recuperar (b)	205.781	152.430
IRPJ e CSLL a recuperar (c)	53.711	46.842
Outros impostos a recuperar	6.016	10.874
Total	565.834	564.977
Circulante	187.780	327.548
Não circulante	378.054	237.429

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2024	Adições	Baixa	Atualizações	Compensações	31/12/2025
PIS e Cofins a recuperar (a)	354.831	50.421	-	44.069	(148.995)	300.326
ICMS a recuperar (b)	152.430	227.401	-	-	(174.050)	205.781
IRPJ e CSLL a recuperar (c)	46.842	-	-	6.869	-	53.711
Outros impostos a recuperar	10.874	6.617	(10.622)	1.704	(2.557)	6.016
Total	564.977	284.439	(10.622)	52.642	(325.602)	565.834

(a) PIS e Cofins a Recuperar

Os créditos de PIS e Cofins a recuperar estão segregados conforme sua origem e fundamentos jurisprudenciais aplicáveis, bem como alocados de acordo com a estimativa de realização definida pela Administração.

	31/12/2025	31/12/2024
Tese do Século (i)	2.605	21.915
Exclusão de ICMS/ST da Base de PIS/Cofins (ii)	241.413	203.462
Monofásico (iii)	36.113	88.110
Outros	20.195	41.344
	300.326	354.831
Circulante	106.912	161.417
Não circulante	193.414	193.414

(i) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e à Cofins. Em 14 de março de 2019, a Companhia obteve trânsito em julgado em seu processo específico, confirmando o direito ao creditamento decorrente do referido entendimento.

Os créditos tributários, apurados no montante de R\$ 201.020, foram contabilizados em 2019, sendo o principal registrado em "Outras Receitas Operacionais" e as atualizações em "Receitas Financeiras"

Contabilização	Período de apuração	Valor do imposto (a)	Atualização (b)	Total do crédito (a+b)
31.12.2019	2001 a 2005	9.563	15.315	24.878
31.12.2020	2006 a 2017	105.646	70.496	176.142
Total do crédito homologado				201.020

A homologação dos valores pela Receita Federal do Brasil ocorreu em 10 de agosto de 2020 e, a partir dessa data, os créditos passaram a ser utilizados na compensação de tributos federais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha saldo de créditos no montante de R\$ 2.605 disponível para compensação.

(ii) Seguindo o mesmo entendimento, a Administração da Companhia buscou o direito ao creditamento das contribuições ao PIS e à Cofins incidentes sobre o ICMS recolhido na saída de mercadorias sob o regime de substituição tributária progressiva (ICMS-ST). A Companhia obteve decisão favorável em acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região em 19/08/2024 e, em 03/07/2025, alcançou o trânsito em julgado no processo nº 5003990-69.2017.4.03.6119.

No mesmo mês, a Receita Federal do Brasil deferiu o processo nº 13032.627491/2025-71, reconhecendo e habilitando os respectivos créditos, iniciando-se, a partir de então, as compensações mensais, conforme a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha saldo de créditos no montante de R\$ 241.413 disponível para compensação.

(iii) Ressalta-se, ainda, que a Companhia buscou o direito ao creditamento das contribuições ao PIS e à Cofins sobre produtos sujeitos à tributação monofásica, conforme Processo nº 2009.61.00.019746-8, tendo obtido decisão favorável junto à Justiça Federal. Em 24/07/2024, a Receita Federal do Brasil reconheceu e habilitou créditos no montante de R\$ 97.249, os quais passaram a ser utilizados para compensação de tributos federais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha saldo de créditos no valor de R\$ 36.113 disponível para compensação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

(b) ICMS a recuperar

A Companhia obteve decisão favorável na ação movida contra a Fazenda Estadual, assegurando o direito à restituição do ICMS recolhido a maior nos períodos de dezembro de 2014 a outubro de 2016, nos casos de substituição tributária para frente, quando a base de cálculo efetiva da operação é inferior à presumida, nos termos do art. 150, § 7º, da Constituição Federal.

Em agosto de 2023, a Companhia obteve também decisão administrativa favorável, por meio do Despacho da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no Processo nº 017.00021915/2023-29, de 1º de agosto de 2023, reconhecendo o direito ao ressarcimento, conforme as disposições da Portaria CAT 42/18.

Em observância à referida Portaria, a Companhia realiza mensalmente a apuração dos créditos e os submete à Secretaria da Fazenda Estadual para obtenção dos vistos eletrônicos necessários ao reconhecimento dos valores.

Adicionalmente, a Companhia apura o crédito de ICMS sobre bens do Ativo Imobilizado (CIAP), em conformidade com a Lei Complementar nº 102/00.

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS Port. CAT 42/18	194.490	140.919
ICMS Ciap	11.291	11.511
Saldo final	205.781	152.430

(c) IRPJ, CSLL, Pis e Cofins sobre indêbitos tributários

Em 05 de agosto de 2021, a Companhia ajuizou medida judicial visando ao reconhecimento do direito ao creditamento dos valores de IRPJ e CSLL pagos sobre a correção monetária pela taxa Selic incidente sobre créditos tributários reconhecidos na tese da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins ('tese do século').

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do mérito do RE nº 1.063.187 (Tema 962), fixou a tese de que 'é inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário'. Conforme decidido, de forma unânime e sob repercussão geral, a Selic possui natureza indenizatória, representando mera recomposição pelo atraso no pagamento, não configurando acréscimo patrimonial apto a ensejar tributação.

Diante desse entendimento e com base nas orientações dos CPC 32 e ICPC 22, a Administração concluiu que a tese passou a apresentar probabilidade de ganho. Assim, considerando a consistência das decisões proferidas pelo STF em temas de modulação semelhantes e o julgamento definitivo do mérito, tornou-se razoável concluir que é mais provável que a Companhia recupere os valores de IRPJ e CSLL pagos a maior sobre a atualização pela Selic dos créditos tributários referentes aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da demanda.

8 Imobilizado

a) Prática contábil e uso de estimativa

Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados diretamente atribuíveis ao ativo, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, os ativos são apresentados líquidos da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes da alienação ou baixa de itens do imobilizado são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados ao item serão auferidos pela Companhia. Os demais gastos de manutenção e reparos são reconhecidos como despesa no resultado à medida que são incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear e reconhecida no resultado com o objetivo de alocar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, ao longo de suas vidas úteis. A definição das vidas úteis segue as práticas estabelecidas no Regulamento do Imposto de Renda e refletidas na expectativa de utilização econômica dos bens.

Os ativos arrendados são depreciados pelo menor valor entre a vida útil estimada do bem e o prazo contratual do arrendamento, exceto quando houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade do ativo ao término do contrato. Terrenos não são depreciados.

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado que apresentem indicadores de perda no valor recuperável são avaliados anualmente, com base em fatores financeiros e econômicos, bem como no prazo de maturação dos investimentos. Nesses casos, a Companhia realiza estudos específicos por Unidade Geradora de Caixa (UGC), estimando os fluxos de caixa futuros descontados por meio de taxas que reflitam o valor presente esperado, a fim de determinar se há necessidade de registrar perdas por impairment.

Nas datas de encerramento dos exercícios, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos para identificar eventuais indícios de redução ao valor recuperável. Quando tais indícios existem, o valor recuperável do ativo ou da UGC é estimado.

Se o valor recuperável estimado for inferior ao valor contábil, este é reduzido ao valor recuperável, e a perda correspondente é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

b) Composição dos saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Instalações	64.264	72.929
Benfeitorias	369.107	361.572
Móveis e utensílios	77.446	70.273
Equipamentos de informática	25.500	21.743
Veículos	1.355	2.189
Máquinas e equipamentos	28.486	29.382
Outros bens	2.129	2.119
Ativos de direito de uso	343.012	341.894
Imobilizado em andamento	53.580	62.985
Total de imobilizado	964.879	965.086

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

c) Movimentação dos saldos

	% Taxa média de depreciação	31/12/2024	Adição (i)	Baixas(ii)	Transferência	Remensuração direito de uso	31/12/2025
Instalações		189.999	4.433	(10.488)	(3)	-	183.941
Benfeitorias		724.167	36.269	(60.954)	55.346	-	754.828
Móveis e utensílios		119.764	18.267	(1.311)	-	-	136.720
Equipamentos de informática		68.129	13.315	(2.794)	7	-	78.657
Veículos		12.923	100	(803)	-	-	12.220
Máquinas e equipamentos		65.862	3.962	(2.416)	-	-	67.408
Outros bens		9.208	3.889	(53)	(5)	-	13.039
Ativos de direito de uso		680.256	1.356	(70.026)	-	70.335	681.921
Imobilizado em andamento		62.985	45.940	-	(55.345)	-	53.580
Total		1.933.293	127.531	(148.845)	-	70.335	1.982.314
Depreciação							
Instalações	10%	(117.070)	(12.918)	10.309	2	-	(119.677)
Benfeitorias	10%	(362.595)	(82.449)	59.324	-	-	(385.720)
Móveis e utensílios	10%	(49.491)	(10.669)	886	-	-	(59.274)
Equipamentos de informática	20%	(46.386)	(9.098)	2.329	(2)	-	(53.157)
Veículos	20%	(10.734)	(916)	785	-	-	(10.865)
Máquinas e equipamentos	10%	(36.480)	(4.572)	2.129	-	-	(38.923)
Outros bens	10%	(7.089)	(3.838)	17	-	-	(10.910)
Ativos de direito de uso		(338.362)	(71.584)	71.037	-	-	(310.469)
Total		(968.207)	(196.044)	146.816	-	-	(988.995)
Valor residual		965.086					964.879

(i) A Companhia registra os contratos de locação de imóveis vigentes.**(ii)** Na rubrica de Ativos de direito de uso, foram baixados contratos que já estavam amortizados na totalidade, porém com renovatórias vigentes.**(iii)** A Companhia não possui bens penhorados, dados em garantia de empréstimos e financiamentos ou bloqueados judicialmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

	% Taxa média de depreciação	31/12/2023	Adição	Baixas	Transferência	Remensuração direito de uso	31/12/2024
Custo							
Instalações		178.028	11.971	-	-	-	189.999
Benfeitorias		654.319	69.171	-	677	-	724.167
Móveis e utensílios		106.514	13.296	(46)	-	-	119.764
Equipamentos de informática		58.432	9.833	(136)	-	-	68.129
Veículos		12.701	222	-	-	-	12.923
Máquinas e equipamentos		60.169	5.790	(97)	-	-	65.862
Outros bens		6.473	2.735	-	-	-	9.208
Ativos de direito de uso		629.923	17.792	-	-	32.541	680.256
Imobilizado em andamento		8.336	55.326	-	(677)	-	62.985
Total		1.714.895	186.135	(279)-	(677)	32.541-	1.933.293
Depreciação							
Instalações	10%	(104.230)	(12.840)	-	-	-	(117.070)
Benfeitorias	10%	(281.911)	(80.684)	-	-	-	(362.595)
Móveis e utensílios	10%	(40.395)	(9.101)	5	-	-	(49.491)
Equipamentos de informática	20%	(38.748)	(7.760)	122	-	-	(46.386)
Veículos	20%	(9.680)	(1.054)	-	-	-	(10.734)
Máquinas e equipamentos	10%	(32.413)	(4.164)	97	-	-	(36.480)
Outros bens	10%	(5.756)	(1.333)	-	-	-	(7.089)
Ativos de direito de uso		(272.750)	(65.612)	-	-	-	(338.362)
Total		(785.883)	(182.548)	224	-	-	(968.207)
Valor residual		929.012					965.086

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

9. Operações de arrendamentos

a) Prática contábil e uso de estimativa

A Companhia aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para praticamente todos os arrendamentos, exceto aqueles classificados como arrendamentos de curto prazo (12 meses ou menos) ou de baixo valor. Para esses casos específicos, os pagamentos são reconhecidos como despesa ao longo do prazo contratual, sem reconhecimento de ativo de direito de uso ou passivo de arrendamento.

Para os demais contratos, a Companhia reconhece, na data de início do arrendamento, um passivo correspondente à obrigação de realizar os pagamentos futuros e um ativo de direito de uso referente ao bem arrendado.

A Companhia possui contratos de arrendamento de imóveis utilizados na operação de suas lojas. Esses contratos apresentam prazos que variam entre 5 e 20 anos, podendo prever opções de renovação ou rescisão. As obrigações decorrentes dos arrendamentos são garantidas pela titularidade do arrendador sobre os respectivos imóveis.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, que corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento, acrescido dos custos diretos iniciais incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado pelo método do custo, ou seja, pelo valor inicial menos a depreciação acumulada, eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment) e ajustes decorrentes de remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador ao longo do prazo do contrato, descontados pela taxa incremental de financiamento da Companhia ou, quando aplicável, pela taxa de juros implícita no arrendamento. O valor inicial do passivo inclui, quando existirem, os custos diretos iniciais relacionados à contratação.

Os pagamentos do arrendamento são alocados entre a redução do passivo e os encargos financeiros, de forma a produzir uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo do passivo ao longo do período do contrato. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. No fluxo de caixa, tais encargos são apresentados como atividades de financiamento.

A Companhia considerou os valores dos pagamentos dos arrendamentos brutos dos valores recuperáveis de PIS e Cofins.

Para os contratos cuja parcela é calculada com base em percentuais de vendas das lojas (arrendamentos variáveis) a Companhia não reconhece passivo de arrendamento. Mensalmente os valores de aluguel são registrados no resultado em despesas operacionais.

Taxa de juros incremental

A Administração definiu as taxas de desconto aplicáveis aos contratos de arrendamento com base nas taxas de juros que a Companhia incorreria para financiar a aquisição de ativos com características semelhantes aos ativos arrendados, na data de assinatura dos respectivos contratos. Essas taxas consideram o custo de captação da Companhia, referenciado ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), acrescido do spread de risco próprio, desconsiderando garantias utilizadas em operações de financiamento.

Para contratos com características semelhantes, a Administração adotou taxas de desconto específicas para cada faixa de prazo, de forma a refletir adequadamente o perfil financeiro e o risco associado aos arrendamentos.

A taxa média ponderada determinada pela Administração, é revista a cada renovação contratual com base na média das taxas de financiamento imobiliário com taxas reguladoras- Pós fixado no Banco Central, nas principais instituições financeiras, a última renovatória registrada em 2025 teve sua taxa aplicada de 10,28% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

a- Composição e movimentação dos saldos – ativo e passivo

Ativos de direito de uso de imóveis reconhecidos e as movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial líquido	341.894	357.173
Adições	1.356	17.791
Adições reajustes e renovação	70.335	35.642
PIS e Cofins S/ adições/reajustes/ remensurações	304	(615)
Remensurações de contratos / (amortização) (i)	-	581
Baixa de contratos encerrados / (amortização) (ii)	707	0
Amortização	(71.584)	(68.678)
Saldo final líquido	343.012	341.894

Passivos de arrendamento e as movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	382.341	391.555
Adições	1.356	17.791
Adições reajustes e renovação	70.335	35.641
Remensuração de contratos (i)	-	(2.485)
Baixa de contratos encerrados (principal) (ii)	707	-
Pagamentos de contraprestação e juros	(101.274)	(95.976)
Juros	31.568	35.815
Saldo Final	385.033	382.341
Circulante	84.174	77.111
Não circulante	300.859	305.230

(i) Refere-se ao registro da atualização de taxa de contratos, de acordo com a média das taxas de Financiamento imobiliário com taxas reguladas - Pós-fixado referenciado em TR, divulgada pelo Bacen

(ii) Os contratos registrados no ativo e passivo que estavam concluídos, porém com sua renovação vigente foram baixados dos registros contábeis

10. Fornecedores

Os fornecedores representam obrigações a pagar decorrentes da aquisição de bens e serviços no curso normal das operações da Companhia. Tais obrigações são classificadas como passivo circulante quando seus pagamentos são exigíveis em até 12 meses após a data do balanço. Quando os prazos de liquidação ultrapassam esse período, os saldos são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e, quando aplicável, atualizadas conforme as condições previstas contratualmente. Esses valores correspondem ao seu valor justo, dada a natureza de curto prazo e a ausência de efeitos financeiros relevantes.

a) Composição dos saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Nacionais	704.570	739.066
Internacionais (i)	4.943	492
Serviços e consumo	20.525	24.962
Total	730.038	764.520

b) Fornecedores partes relacionadas

(i) A Companhia mantém operações de exportação de mercadoria com fornecedores internacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia mantém convênios firmados com as empresas do Grupo Tenda, dentre elas:

- Tenda Securitizadora: oferece operações financeiras aos fornecedores do Tenda por meio da antecipação de recebíveis originados das operações mercantis entre as empresas. A Administração avaliou que a substância econômica dessas operações é de natureza operacional, e não caracteriza risco sacado, uma vez que a antecipação é realizada exclusivamente a critério do fornecedor e não há alterações nos prazos originalmente pactuados nem nos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar relacionado a essas operações era de R\$ 172.443 (R\$ 240.965 em 2024) perante a parte relacionada Tenda Securitizadora.
- Select: oferece operações logísticas para fornecedores incluindo o Tenda. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar relacionados a essas operações é de R\$ 2.855 (R\$ 21.809 em 2024), com a parte relacionada Select.
- Outros: além das partes relacionadas acima o Tenda possui operações com as empresas; Técnica e Vox.

	31/12/2025	31/12/2024
Tenda Securitizadora	172.443	240.965
Select Logística	2.855	21.809
Outros	6.442	5.170
Total	181.740	267.944

11. Empréstimos e financiamentos

A Companhia utiliza empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras de primeira linha como fonte de captação de recursos, observando as condições mais vantajosas e compatíveis com suas necessidades financeiras.

a) Composição dos saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures (2ª emissão) (i)	198.700	293.073
Debêntures (3ª emissão- lastro CRI) (ii)	13.119	51.552
Debêntures (4ª emissão - lastro LCA) (iii)	157.783	-
Custos de captação	(5.699)	(6.760)
Capital de Giro (iv)	-	16.079
Financiamentos - FINAME (iv)	-	25
CRP - Cédula de Produto Rural (vi)	185.323	261.893
Total	549.226	615.862
Passivo circulante	221.715	229.951
Passivo não circulante	327.511	385.911

b) Movimentação dos saldos

Modalidade	31/12/2024	Captação	Pagamento		Juros	Amortização	31/12/2025
			principal	juros			
Debêntures (CRI) (i)	293.073	-	(105.701)	(19.781)	31.108	-	198.700
Debêntures simples (série única) (ii)	51.552	-	(36.563)	(6.646)	4.775	-	13.119
Debêntures simples (série única) (iii)	-	150.000	-	-	7.783	-	157.783
Custos de captação	(6.760)	(1.096)	-	-	-	2.157	(5.699)
Capital de Giro (iv)	16.079	-	(11.250)	(6.021)	1.192	-	-
Financiamentos - FINAME (V)	25	-	(26)	-	1	-	-
CRP - Cédula de Produto Rural (VI)	261.893	-	(74.045)	(25.064)	22.539	-	185.323
Total	615.862	148.904	(227.585)	(57.512)	67.398	2.157	549.226

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(i) Refere-se à segunda emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, lastreadas com certificados de recebíveis imobiliários – CRI, emitidos pela Virgo Companhia de Securitização, estruturada em duas séries, os juros são pagos semestrais, com o primeiro pagamento previsto para abril de 2022, o principal possui amortização anual, com a primeira parcela programada para outubro de 2024 e o vencimento final em outubro de 2028.

Para essa operação, a Companhia conta com avalistas, não solidários, responsáveis pelas obrigações assumidas. A dívida é atualizada pela variação acumulada do IPCA, acrescida de juros remuneratórios de 6,4803% a.a., na primeira série e 6,9809% a.a. na segunda série.

Com o objetivo de eliminar a exposição à flutuação do IPCA, a Administração contratou da Swap para percentual do DI (Depósitos Interfinanceiros) junto ao Banco do Brasil, conforme nota explicativa 21(i).

(ii) Refere-se à terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitida em 12 de junho de 2022 em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 130.000 (cento e trinta milhões e reais).

A emissão é lastreada em operações do agronegócio, destinadas ao financiamento de aquisições de produtos de hortifruti, laticínios, aves e carnes, proveniente de produtores rurais.

As debentures contam com remuneração equivalente a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de uma sobre taxa “Spread” de 1,60% a.a, calculado sobre base 252 dias uteis.

A amortização é anual, com pagamento semestral de juros, e prazo total de 4 anos tendo vencimento final em 12 de julho de 2026

A emissão conta como fiadora a empresa Técnica Administração e Participação Ltda.

(iii) A Companhia mantém empréstimos junto ao Banco Santander, contratados na modalidade de cédula de crédito bancário para manutenção do capital de giro com vencimento para junho de 2025. As operações contam com avalistas, não solidários, responsáveis pelas obrigações assumidas nos respectivos contratos.

(iv) Referem-se a operações de financiamentos realizados pela Companhia, na modalidade FINAME, destinadas a aquisição de máquinas e equipamentos, com vencimento final em janeiro de 2025. Para esses contratos os bens financiados são oferecidos como garantia, conforme previsto nas regras do FINAME.

(v) A Companhia também possui Cédulas do Produtor Rural (CPR) emitidas junto as instituições financeiras, como seguem:

a. a primeira CPR foi emitida em março de 2022, no valor de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com remuneração equivalente à taxa média de certificados de depósito interbancário (CDI), acrescida de encargos adicionais de 2,30% a.a. com vencimento final em março de 2027, com amortização anual;

b. a segunda emissão CPR foi emitida em junho de 2023, no montante de R\$ 100.000 (cem milhões de reais), com remuneração equivalente à taxa média dos certificados de depósito interbancário (CDI), acrescida de encargos adicionais de 2,50% a.a com vencimento final em junho de 2026, com amortização anual;

c. a terceira CPR foi emitida em julho de 2024, no montante de USD 27.672 (vinte e sete, seiscentos e setenta e dois mil dólares americanos), com taxa de juros de 7,14%aa com vencimentos em julho de 2027, amortização trimestral e o segundo contrato em julho de 2029, amortização semestral. Para eliminar a exposição ao risco de variação cambial dos contratos indexados em dólar, a Administração da Companhia celebrou operações de swap com finalidade de proteção cambial, convertendo a obrigação em passivo referenciado a percentual da taxa DI.

Os avalistas são entidades coligadas e/ou os acionistas da Companhia. As operações financeiras estão sujeitas a cláusulas restritivas, descritas no item (c).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Modalidade	31/12/2023	Captação	Pagamento		Juros	Amortização	31/12/2024
			principal	juros			
Debêntures simples (série única) (i)	6.934	-	(6.874)	(212)	152	-	-
Debêntures (CRI) (ii)	377.862	-	(100.542)	(25.468)	41.221	-	293.073
Debêntures simples (série única) (iii)	103.838	-	(48.750)	(12.707)	9.171	-	51.562
Custos de captação	(8.923)	-	-	-	-	2.163	(6.760)
Capital de Giro (iv)	47.189	-	(32.605)	(1.551)	3.046	-	16.079
Financiamentos - FINAME (v)	1.137	-	(1.109)	(34)	31	-	25
CPR - Cédula de Produto Rural (vi)	152.394	149.999	(43.333)	(21.035)	23.868	-	261.893
Total	680.431	149.999	(233.213)	(61.007)	77.489	2.163	615.862

c) Cláusulas restritivas (covenants)

As debêntures da 1ª, 2ª e 3ª emissões estão sujeitas a cláusulas restritivas (covenants) que, além das obrigações usuais previstas nos contratos, estabelecem que a relação entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA não pode exceder 3,50.

A Companhia Tenda mantém-se adimplente com esse covenant em 31 de dezembro de 2025.

d) Cronograma de vencimentos

O cronograma de pagamentos das parcelas do circulante e não circulantes dos empréstimos e financiamentos:

Ano	Valor
2026	221.715
2027	118.411
2028	101.163
Acima de 2029	107.937
Total	549.226

12. Imposto de renda e contribuição social

a- Prática contábil

A Companhia apura o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no regime do Lucro Real, com apuração trimestral do imposto corrente e do imposto diferido. O IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil por trimestre. A CSLL incide à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A apuração considera a compensação de prejuízos fiscais de IRPJ e de base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período, conforme previsto na legislação vigente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social inclui os valores correntes e diferidos reconhecidos no resultado do exercício.

b- Imposto de Renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes corresponde ao valor dos tributos a pagar ou a recuperar, calculados com base no lucro ou prejuízo tributável do período, incluindo quaisquer ajustes referentes a períodos anteriores. Os montantes de impostos correntes são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos ou recuperados, refletindo eventuais incertezas na apuração.

A mensuração do imposto corrente é realizada com base nas alíquotas e legislação tributária vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados apenas quando atendidos os critérios legais e quando há direito juridicamente vinculante de realizar a compensação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

c- Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras e seus respectivos valores para fins fiscais. As variações nos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidas na demonstração do resultado, como despesa ou receita de imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam sua realização. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é avaliada com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes e nas projeções financeiras da Companhia. Caso as diferenças temporárias tributáveis sejam insuficientes para suportar integralmente a realização do ativo fiscal diferido, considera-se adicionalmente a estimativa de lucros futuros ajustada pela reversão das diferenças temporárias existentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados utilizando-se as alíquotas tributárias que se espera aplicar no período em que as diferenças temporárias forem revertidas, considerando-se as alíquotas vigentes ou substancialmente aprovadas até a data do balanço. Esses saldos são revisados a cada encerramento de exercício e reduzidos quando deixa de ser provável a sua realização.

d- Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.494	324.639
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(28.048)	(110.377)
Efeito das adições e exclusões:		
Multas indedutíveis	(68)	(79)
Donativos e contribuições	(2.008)	(820)
Brindes	(1.394)	(403)
Correção monetária créditos tributários (i)	52.642	35.804
Reconhecimento Ativo Fiscal Diferido	(43.377)	-
Realização Prejuízo Fiscal	-	13.646
Outros Incentivos Fiscais	5.486	2.247
Outras	718	675
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	774	1.413
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(15.275)	(57.894)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(42.350)	(78.066)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	27.075	20.172
Alíquota efetiva	51%	29%

(i) São valores referente a atualização selic de créditos de impostos reconhecidos em 2025.

e- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões diversas (i)	51.091	23.125
Provisão para riscos	11.805	12.073
Provisão verba estoque	3.254	3.472
Arrendamento	14.287	14.713
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	76	55
Total	80.513	53.438

(i) No decorrer do ano de 2025, foram constituídas contingências sob os valores de impostos a recuperar, que resultou em constituição do diferido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

f- Cronograma de realização

	Valor
2026	32.204
2027 a 2029	48.309
Total	80.513

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa.

Em função do histórico recente de lucros tributáveis e da projeção de lucratividade futura para realização desses ativos, a Companhia mantém registrado o crédito fiscal referente a diferenças temporárias.

13. Outras contas a pagar

Composição dos saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Verbas a apropriar (i)	14.149	76
Outras contas a pagar	5.058	6.210
Total	19.207	6.286

(i) Verbas recebidas pelos fornecedores oriundas de negociações comerciais, destinadas a campanhas que serão vigentes ao longo de 2026.

14. Provisão para demandas judiciais

a) Prática contábil

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, formalizada ou não, decorrente de eventos passados, e quando é provável que será necessária a saída de recursos para a sua liquidação, desde que o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

As provisões são atualizadas até as datas de encerramento das demonstrações financeiras com base na melhor estimativa dos desembolsos futuros, considerando a natureza das ações e as avaliações realizadas pelas assessorias jurídicas externas da Companhia.

b) Composição e movimentação dos saldos

Com base na análise individual dos processos e suas respectivas esferas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis de perda na avaliação de nossos assessores jurídicos:

	Trabalhistas				Total
	(i)	Cíveis (ii)	Tributária	Administrativo	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.412	7.138	32	2.390	15.972
Adições	27.057	2.113	260	2.220	31.650
Reversões	(3.152)	(126)	(16)	(18)	(3.312)
Pagamentos	(7.085)	(1.126)	-	(590)	(8.801)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.232	7.999	276	4.002	35.509
Adições (iii)	16.925	1.975	93.193	4.299	117.112
Reversões	(5.189)	(376)	-	(1.393)	(6.958)
Pagamentos	(13.888)	(881)	-	(2.256)	(17.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	21.080	8.717	94.189	4.652	127.918

(i) Processos trabalhistas, principalmente relativos a demissões no curso normal de seus negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) Processos de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais.

(iii) No decorrer do ano de 2025, foram constituídas contingências sob os valores de impostos a recuperar, mencionados na nota 7, face ao andamento processual. Parte destes valores foram convertidos em obrigação fiscal parcelada em janeiro de 2026 e reclassificada para Tributos a pagar curto e longo prazo. Esses valores impactaram a despesa do ano de 2025, no grupo de Despesa com Contingências, de acordo com nota 18.

A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no valor de R\$8.830 (R\$6.701 em 2024) que são efetuados para garantia dos processos em curso.

c) Processos classificados como possíveis

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, classificados como risco de perda possível, com base na avaliação individual dos processos e na opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor estimado das contingências classificadas como perda possível totalizava aproximadamente R\$187.793(125.494 em 2024), para as quais, de acordo com as normas contábeis vigentes, não foi constituída provisão, por não ser considerada provável a saída de recursos.

A Administração monitora continuamente a evolução desses processos e entende que eventuais desfechos desfavoráveis não deverão afetar de forma relevante a posição patrimonial, financeira ou o desempenho operacional da Companhia.

15. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a valores decorrentes de serviços prestados entre as empresas do grupo, bem como a saldos e operações decorrentes da compra e venda de mercadorias destinadas ao abastecimento das lojas, repassadas pelo valor dos custos efetivamente incorridos. Incluem também pagamentos de aluguel pela utilização de imóveis, operações de securitização de recebíveis e transações relacionadas ao cartão de crédito próprio.

15.1 Contas a receber e a pagar junto a partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Tenda Securitizadora S.A. - nota nº 4	-	60.463
Vox Instituição de pagamento S.A. - nota nº 5	72.004	71.009
Técnica Administração e Participações Ltda. NE 5	1.063	1.008
Ativo não circulante		
Técnica Administração e Participações Ltda.	135.941	184.187
Total Ativo	209.008	316.667
Passivo circulante		
Tenda Securitizadora S.A. - nota nº 10	(172.443)	(240.965)
Select Logística Integrada Ltda. - nota nº 10	(2.855)	(21.809)
Técnica Administração e Participações Ltda. - nota nº 10	(4.331)	(4.374)
Passivo não circulante		
Vox Instituição de pagamento S.A - nota nº 10	(2.111)	(796)
Técnica Administração e Participações Ltda. (i)	(207.909)	(202.961)
Total Passivo	(389.649)	(470.905)

(i) O aumento de valor refere-se a contrato de duas novas lojas (Leme e Bertioga), Leme inaugurada em outubro de 2024 e Bertioga inaugurada em janeiro de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

15.2 Referente a receitas e despesas com partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Alimenta Angola Ltda (i)	-	4.408
Select Logística Integrada Ltda (ii)	(67.076)	(67.422)
Técnica Administração e Participações Ltda (iii)	(64.694)	(48.470)
Vox Instituição de pagamento S.A (iv)	(4.858)	(4.088)
Total	(136.628)	(115.572)

(i) Oriundo das receitas com a exportação de mercadorias para Angola

(ii) Oriundo da despesa operacional de logística

(iii) Valores correspondentes as despesas com depreciação e juros incorridos nos contratos de arrendamento - direito de uso

(iv) Valores correspondentes a tarifa do cartão Tenda e despesas com despesas com antecipação de recebíveis.

15.3 Remuneração dos administradores.

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração	5.212	5.243
Encargos e benefícios	1.043	1.049
Total	6.255	6.292

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é representado por 46.242 ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,00 (um real) cada e é distribuído conforme descrito abaixo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
PSN Participações S/A.	46.242	99,99%	46.242	99,99%
Integral Serv. Participações Ltda.	5	0,01%	5	0,01%
Total	46.247	100,00%	46.247	100,00%

b) Apropriação do lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício, em conformidade com o estatuto social da Companhia, tem a seguinte destinação:

(i) Importância de 5% à constituição da reserva legal, limitado a 20% do capital social;

(ii) Uma distribuição de dividendos mínima obrigatória não inferior a 25% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício; e

(iii) Destinação do saldo remanescente dos lucros para a constituição da reserva de retenção de lucros, ou como a Administração definir, visando à continuidade de expansão das atividades da Companhia.

No ano de 2025, não foi constituída reserva legal na importância de 5% do valor do lucro, porque a reserva legal já constituída atingiu o limite de 20% do valor do capital social.

c) Distribuição de lucros

Com a Lei nº 15.270/25 que trata de tributação de dividendos pagos a partir de 2026, a Companhia constituiu provisão para dividendos a pagar nos valores do saldo acumulado de lucros em 30.11.2025 nos valores R\$49.959 no curto prazo e R\$356.542 no longo prazo que serão pagos conforme cronograma de 2026 a 2028 que consta em ata protocolada em 22.12.25 (R\$62.643 em 2024).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

d) Reservas de Incentivos Fiscais

Em 2023, a Companhia foi beneficiada por subvenção governamental para investimento, relacionada a valores de ICMS apurados e concedida pelo Estado de São Paulo. O incentivo tem por finalidade subsidiar as operações dos contribuintes e reduzir sua carga tributária, conforme previsto no §4º do artigo 30 da Lei nº 12.973/14, com redação dada pela Lei nº 14.789/23.”

17. Receita líquida

a) Prática contábil

As receitas líquidas correspondem exclusivamente às vendas realizadas nas lojas físicas da Companhia, no e-commerce, no televentas, nos postos de combustíveis e nas lanchonetes.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela transferência de bens ou serviços ao cliente, deduzida dos impostos incidentes sobre as vendas, devoluções e descontos comerciais concedidos.

A receita de vendas de mercadorias é reconhecida quando:

- b) os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos bens são transferidos ao comprador;
 - c) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia;
 - d) os valores da receita e dos custos podem ser mensurados de forma confiável;
 - e) não exista envolvimento contínuo com os bens vendidos; e
 - f) eventuais devoluções possam ser estimadas de maneira razoável.
- g) O reconhecimento ocorre no momento em que o controle sobre o bem é transferido ao cliente, em conformidade com o CPC 47 / IFRS 15.

h) Composição dos saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	7.931.647	7.312.925
Revenda de combustível	99.564	93.461
Mercado externo	11.764	8.401
Prestação de serviços	6.272	5.412
Receita operacional bruta	8.049.247	7.420.199
(-) Impostos incidentes	(349.012)	(215.454)
(-) Devoluções e cancelamentos	(17.357)	(14.903)
Receita operacional líquida	7.682.878	7.189.842

18. Custos e despesas por natureza

a) Prática contábil

A Companhia apresenta suas despesas na demonstração do resultado classificadas por função, segregadas em despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, conforme requerido pelo CPC 26 (R1) / IAS 1.

As informações sobre a natureza dessas despesas são detalhadas nesta nota explicativa, de forma consistente com a apresentação adotada na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Composição dos saldos - custos

	31/12/2025	31/12/2024
Custo com estoques (i)	(6.235.312)	(5.746.594)
Custos das mercadorias vendidas	(6.235.312)	(5.746.594)

(i) A Companhia recebe, por meio de abatimentos nas duplicatas a pagar, bonificações dos fornecedores, oriundos aos contratos de fornecimento de mercadorias, denominados de acordos comerciais de composição de custo, que possuem seus registros contábeis como redutor das compras e reconhecidos ao resultado no período em que o estoque corresponde é vendido.

c) Composição dos saldos - despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com comissões de cartões	(55.532)	(50.904)
Despesas com fretes	(98.305)	(72.137)
Despesas com marketing	(39.238)	(35.338)
Outras despesas com vendas	(18.990)	(16.525)
Despesas com vendas	(212.065)	(174.904)
Despesas com pessoal	(535.242)	(500.420)
Despesas com depreciação e amortização	(188.298)	(176.051)
Despesas com consumo e serviços	(180.094)	(156.131)
Despesas com contingências(i)	(111.114)	(32.270)
Outras despesas	(76.090)	(65.465)
Despesas gerais e administrativas	(1.090.838)	(930.337)

(i) Constituição de provisão de contingência tributária de R\$ 93mil em 2025, de acordo com informado na nota 14.

19. Outras despesas e receitas líquidas

Em “Outras receitas e despesas líquidas” estão classificadas as operações que não possuem relação direta com as atividades operacionais da Companhia,

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e Taxas	(9.189)	(8.656)
Despesas com Provisão	-	(7.538)
Vendas de Sucata	2.196	2.147
Outras receitas	2.606	704
Outras Despesas, Receitas Líquidas	(4.387)	(13.345)

20. Resultado financeiro, líquido

a) Prática contábil

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- (i) despesa de juros;
- (ii) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Composição dos saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, arrendamentos e antecipações	(116.762)	(118.902)
Amortização do custo de captação e impostos	(9.170)	(8.273)
Variação cambial	(1.379)	(969)
Perda com instrumentos financeiros	(60.518)	(32.635)
Outros	(6.070)	(3.939)
Total despesas financeiras	(193.899)	(164.718)
Receitas financeiras		
Rendimentos s/ aplicação financeira	7.676	13.748
Variação cambial	665	2.838
Juros sobre créditos tributários (i)	45.634	105.307
Ganho com instrumentos financeiros	80.499	36.940
Outras receitas financeiras	1.643	5.862
Total receitas financeiras	136.117	164.695
Ganho/Perda com instrumentos financeiros	19.981	4.305
Resultado financeiro, líquido	(57.782)	(23)

(i) Referente a atualização de créditos tributários homologados pela Receita Federal, dentre eles a exclusão de ST da base de cálculo do Pis e Cofins.

21. Instrumentos financeiros

a) Prática contábil

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, predominantemente contratos de swap, com o objetivo de mitigar sua exposição aos riscos de variação de taxas de juros, inflação e câmbio relacionados às suas obrigações financeiras.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, reavaliados ao valor justo a cada data de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos ou perdas resultantes dessas remensurações são registrados diretamente no resultado financeiro do período.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, conforme a sua classificação, de acordo com o modelo de negócios adotado e as características dos fluxos de caixa contratuais.

- Custo amortizado:

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros para recebimento dos fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que correspondem exclusivamente a pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado ("VJR"):

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensuração ao custo amortizado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Esses ativos são avaliados ao valor justo ao final de cada período de reporte, e

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

os ganhos ou perdas decorrentes das variações nesse valor são reconhecidos pelo regime de competência na demonstração do resultado, nas rubricas de 'Receitas financeiras' ou 'Despesas financeiras', conforme aplicável.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados à titularidade desse ativo em uma transação que transfere os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais.

Qualquer participação que venha a ser retida ou criada pela Companhia em ativos financeiros transferidos é reconhecida separadamente como um ativo ou passivo, conforme o caso.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como:

- Valor justo por meio do resultado:

Compreendem os passivos mantidos para negociação mensurados pelo valor justo e cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

- Passivos financeiros ao custo amortizado:

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são registrados pelo método da taxa efetiva de juros, abrangendo, entre outros, os empréstimos e financiamentos, para os quais os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo do período contratual.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para determinar o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar, de forma sistemática, a despesa de juros durante sua vida útil. A taxa efetiva corresponde à taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados, ao longo da vigência do passivo (ou por período menor, quando aplicável), ao seu valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação correspondente é liquidada, cancelada ou expira. A diferença entre o valor contábil do passivo baixado e o valor pago ou a pagar é reconhecida imediatamente no resultado.

b) Instrumentos financeiros por categoria

	Valor contábil 31/12/2025	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado 31/12/2025
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	197.493	188.286	9.207
Contas a receber	206.423	-	206.423
Outros ativos	9.601	-	9.601
Depósitos judiciais	8.830	-	8.830
Total	422.346	188.286	234.061
Passivos financeiros			
Fornecedores	912.311	-	912.311
Empréstimos e financiamentos	185.323	-	185.323
Debêntures	363.903	-	363.903
Passivo de arrendamento	385.033	-	385.033
Outros passivos	19.927	-	19.927
Total	1.866.497	-	1.866.497

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Valor contábil 31/12/2024	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado 31/12/2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	191.680	173.498	18.182
Contas a receber	245.584	-	245.584
Outros ativos	11.041	-	11.041
Instrumentos financeiros derivativos	43.773	43.773	-
Depósitos judiciais	6.701	-	6.701
Total	498.779	217.271	281.508
Passivos financeiros			
Fornecedores	1.033.333	-	1.033.333
Empréstimos e financiamentos	277.997	277.997	-
Debêntures	337.865	337.865	-
Passivo de arrendamento	382.341	-	382.341
Outros passivos	6.285	-	6.285
Total	2.037.821	615.862	1.421.959

c) Valor justo versus contábil

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração utiliza, sempre que possível, dados observáveis de mercado. Os valores justos são classificados conforme a hierarquia estabelecida pelas normas contábeis, com base nos inputs utilizados nas técnicas de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: inputs observáveis, exceto aqueles incluídos no Nível 1, tais como preços de ativos ou passivos similares ou dados derivados de preços;
- Nível 3: inputs não observáveis, utilizados quando não há dados de mercado disponíveis para o ativo ou passivo avaliados.

Para todas as operações financeiras da Companhia, a Administração entende que o valor justo se aproxima do valor contábil, uma vez que tais valores refletem o montante que seria liquidado na data do balanço.

Os empréstimos e financiamentos são atualizados monetariamente com base nas taxas de juros contratadas, compatíveis com as condições usuais de mercado. Dessa forma, seus saldos a pagar na data do balanço correspondem substancialmente aos seus valores de mercado, inclusive quando classificados no passivo não circulante, considerando a natureza e os prazos dessas operações.”

Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros avaliados ao valor justo estavam assim classificados:

Em 31 de dezembro de 2025	Nota explicativa	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	20 (i)		(2.126)		(2.126)

nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os níveis entre 31 de dezembro de 2025 e 2024.

d) Principais riscos financeiros aos quais estamos expostos

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tanto para atender às suas necessidades operacionais quanto para mitigar sua exposição a riscos financeiros, incluindo riscos de crédito, de mercado (especialmente variações de câmbio e de taxas de juros), risco de liquidez e risco relacionado às aplicações financeiras. Esses riscos decorrem da natureza de suas operações e de sua estrutura de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

A gestão desses riscos é conduzida pela Administração por meio de estratégias específicas, previamente definidas e aprovadas, apoiadas por sistemas de controle interno e limites operacionais destinados a assegurar que a exposição aos riscos permaneça dentro dos parâmetros aceitos pela Companhia. Não são realizadas operações com instrumentos financeiros para fins especulativos.

Adicionalmente, a Administração realiza avaliação contínua e tempestiva da posição financeira consolidada, acompanhando o desempenho dos instrumentos financeiros contratados e atualizando as projeções de resultados, de forma a garantir o cumprimento do plano de negócios e a adequada gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não conseguir liquidar seus passivos financeiros na medida em que se tornem exigíveis. A Companhia gerencia esse risco assegurando que sempre disponha de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, considerando linhas de crédito disponíveis e o perfil de vencimento de seus passivos, independentemente das condições de mercado.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	2025		
	Até 1 ano	2 a 5 anos	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores	911.778	533	912.311
Empréstimos e financiamentos	93.810	91.513	185.323
Debêntures	127.905	235.998	363.903
Passivo de arrendamento	84.174	300.859	385.033
Outros passivos	113.120	-	113.120
Total	1.330.787	628.903	1.959.690

	2024		
	Até 1 ano	2 a 5 anos	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores	1.032.464	869	1.033.333
Empréstimos e financiamentos	86.776	191.221	277.997
Debêntures	143.175	194.690	337.865
Passivo de arrendamento	77.111	305.230	382.341
Outros passivos	6.285	-	6.285
Total	1.345.811	692.010	2.037.821

As projeções de fluxo de caixa da Companhia são monitoradas continuamente, permitindo o ajuste eficiente dos recursos disponíveis e a identificação antecipada de eventos que possam impactar sua liquidez. A Companhia também diversifica suas fontes de financiamento por meio da contratação de empréstimos, financiamentos e emissões de debêntures, conforme detalhado na Nota 11.

A Companhia possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue:

31 de dezembro de 2025	Risco	Exposição	Resultado financeiro	
			Cenário provável (i)	Cenário 10%
Exposição Líquida	Alta do CDI	(360.939)	(53.780)	(59.158)

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 (14,90% a.a.) para 360 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

f) Risco de crédito

O principal risco de crédito da Companhia decorre da eventual dificuldade de liquidação das contas a receber provenientes de vendas no atacado, cujo saldo em aberto totalizava R\$ 18.509, para o qual há provisão para perda no montante de R\$ 110. Adicionalmente, existe exposição relacionada às contas a receber de partes relacionadas, cujo saldo em aberto somava R\$ 66.321 na data-base.

A Companhia também está exposta ao risco de crédito dos emissores dos títulos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras, utilizados para gestão de liquidez.

A gestão do risco de crédito é realizada de forma ativa, por meio de um conjunto de políticas, procedimentos e controles internos voltados à mitigação dos riscos inerentes às suas operações, garantindo que a exposição permaneça dentro de níveis considerados adequados pela Administração.

g) Gestão de capital

O objetivo da Companhia na gestão de capital é assegurar a continuidade operacional, manter capacidade de investimento e dar suporte à sua estratégia de crescimento, ao mesmo tempo em que busca otimizar a estrutura de capital e maximizar o retorno aos acionistas.

A gestão de capital é monitorada por meio de indicadores financeiros, incluindo o índice de alavancagem, calculado como a relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamento, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Demonstrados abaixo os índices em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	185.323	277.997
Debêntures	363.903	337.865
Passivo de arrendamento	385.033	382.341
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(197.493)	(191.680)
Dívida líquida	736.766	806.523
Patrimônio líquido	114.861	454.184
Patrimônio líquido e dívida líquida	851.627	1.260.707
Índice de alavancagem financeira	641%	178%

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou aumento do índice de alavancagem financeira que foi decorrente da redução do Patrimônio Líquido, em função da reclassificação dos Lucros Acumulados apurados até novembro de 2025 para Dividendos a Pagar. Essa movimentação tem respaldo na Lei nº 15.270/ 2025, a qual assegura a isenção do Imposto de Renda sobre a distribuição de Lucros Acumulados, desde que a respectiva Ata de Distribuição seja devidamente registrada na Junta Comercial.

A redução do Patrimônio Líquido, não prejudicou a estrutura de capital da Companhia, que permanece saudável e sustentável, uma vez que mantém sólida a geração de caixa, baixo risco de refinanciamento e capacidade de honrar seus compromissos financeiros.

h) Transações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, predominantemente contratos de swap, com o objetivo de mitigar sua exposição às variações de taxas de juros no mercado local e à oscilação cambial do dólar norte-americano (USD). Os derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data da contratação e, subsequentemente, reavaliados pelo valor justo a cada encerramento das demonstrações financeiras. Quando o valor justo é positivo, os contratos são registrados como ativos financeiros; quando negativo, como passivos financeiros. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A Companhia utiliza derivativos exclusivamente para fins de proteção, limitados a até 100% da exposição aos riscos identificados. As operações contratadas visam reduzir a sensibilidade da estrutura de capital às flutuações de taxas de juros, inflação e câmbio, não sendo utilizadas para fins especulativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Em 12 de novembro de 2021, a Companhia contratou, junto ao Banco do Brasil S.A., duas operações de swap destinadas a proteger integralmente a exposição à variação do IPCA relacionada às debêntures lastreadas em Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), conforme detalhado na Nota 12. O valor nominal e os vencimentos dos swaps foram estruturados de forma a refletir os termos das respectivas debêntures. A Companhia não adotou contabilidade de hedge (hedge accounting) para essas operações.

As operações contratadas são como segue:

	Contrato 1º	Contrato 2º
Valor nominal	99.323	144.336
Vencimento do principal	anual de 2025 a 2026	anual de 2025 a 2028
Correção Contraparte	100% IPCA + 6,4803% a.a.	100% IPCA + 6,9809% a.a.
Correção Participante	110,91% CDI	114,74% CDI

Em julho de 2024, a companhia contratou duas operações de swap de moeda com o objetivo de mitigar risco de variação cambial do dólar e alinhar a exposição da Companhia à sua estratégia de gestão de dívidas.

A primeira operação foi firmada no montante de R\$ 99.999, possuindo ponta ativa variação cambial acrescida à taxa 7,14% ao ano e ponta passiva atrelada ao CDI acrescido de 2,05% ao ano.

A segunda operação foi contratada no valor de R\$ 49.999, também com ponta ativa variação cambial acrescida à taxa 7,14%, enquanto a ponta passiva corresponde ao CDI acrescido de 1,70% ao ano.

As operações visam equilibrar o custo financeiro e garantir maior previsibilidade no resultado, considerando o cenário macroeconômico e o perfil das obrigações da companhia.

As operações contratadas são como segue:

	Contrato 1º	Contrato 2º
Valor nominal	99.999	49.999
Vencimento do principal	Semestral de 2024 a 2029	Trimestral de 2024 a 2027
Correção Contraparte	100% variação cambial + 7,14% a.a.	100% variação cambial + 7,14% a.a.
Correção Participante	CDI+2,05%aa	CDI+1,70%aa

Em 7 de maio de 2025, a Companhia liquidou antecipadamente as operações de SWAP acima, considerando a oportunidade de geração de resultado e caixa, devido a variação da curva de juros futuros e inflação. liquidado no valor de R\$60.047 (em 2024 R\$43.773). Na mesma data a Companhia contratou operação de SWAP no montante de 144.336, com o objetivo de proteger toda a exposição à flutuação do IPCA sobre a 2ª série da 2ª emissão de debêntures, lastreadas aos certificados de recebíveis imobiliários – CRI, com vencimento em outubro de 2028 e optou em não contratar o SWAP para a 1ª série, de curto prazo, com vencimento em outubro de 2026, com o objetivo de manter o custo financeiro vinculado a inflação a IPCA+6,4803% que indicava custo abaixo da Selic.

	Contrato
Valor nominal	144.336
Vencimento do principal	anual de 2025 a 2028
Correção Contraparte	100% IPCA + 6,9809% a.a.
Correção Participante	92% CDI

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou perda de -R\$2.160, registrado na rubrica de “Instrumentos Financeiros derivativos” no balanço patrimonial e na rubrica de “Ganho (Perda) com Instrumentos financeiros” no resultado financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - r\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Taxa ponderada	Valor de referência em 31/12/2025	Valor justo em 31/12/2025
Ponta ativa (comprada):			
Swap Moeda	7,14% a.a.	5.361	-
Swap de taxa de juros	100%IPCA + 6,8% a.a.	3.541	3.541
Ponta passiva (vendida):			
Objeto de hedge (dívida)	100% do CDI + 1,875% a.a	(8.080)	-
Objeto de hedge (dívida)	92% CDI	(2.948)	(3.923)
Posição líquida		(2.126)	(382)

22. Transações que não afetam caixa

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos contratados	1.356	17.791
Remensuração dos arrendamentos	70.335	33.641
Distribuição Dividendos	319.693	-

23. Eventos subsequentes

A promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e a publicação da Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a reforma do sistema tributário nacional sobre o consumo, prevendo a substituição gradual dos tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a partir de 1º de janeiro de 2026.

A alteração ocorrida a partir desta, foi a inserção das novas tags com referência aos novos tributos, neste momento de maneira informativa, nos documentos fiscais emitidos pela Companhia.

A Companhia vem acompanhando as alterações legislativas e promovendo as adequações necessárias em seus sistemas e processos. A Administração encontra-se em fase de avaliação dos impactos potenciais da reforma tributária sobre suas operações, não sendo possível, até o momento, mensurar de forma confiável seus efeitos nas demonstrações financeiras.